



EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO N° 010/2016 – FMEDUCA

O Pregoeiro designado pela Portaria nº 14.806/2016 de 01 de abril de 2016, da Secretaria Municipal de Administração do Município de Bombinhas, torna público que às **13h30min do dia 22 (vinte e dois) de junho de 2016**, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitações, situada na sede do Paço Municipal, situado na Rua Baleia Jubarte, 328, bairro José Amândio, cidade de Bombinhas, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **"MENOR PREÇO GLOBAL"**, cujo objeto é – **"AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA OS ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS,"** conforme especificações e quantitativos descritos no presente Edital e em seu Anexo I. O presente certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, de 17/07/2002, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, com as devidas alterações e Lei Complementar 123 de 14/12/2006 e demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos.

1. LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – A presente licitação tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA OS ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS,"** conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

1.1 O valor máximo previsto para a presente licitação é de R\$ 381.835,46 (trezentos e oitenta e um mil e oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos).

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

- a) Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;
 - b) Em dissolução ou em liquidação;
- Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;
 - Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
 - Que estejam reunidas em consórcio;
 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993;
 - **No caso de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) participar da presente licitação com tratamento diferenciado das demais empresas é obrigatória à apresentação da declaração conforme modelo constante do Anexo VII deste Edital, assinado por quem de direito ou Certidão de Enquadramento ou equivalente expedida pela Junta Comercial, na fase de Credenciamento.**



3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO: Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço discriminado no cabeçalho deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4. DO CREDENCIAMENTO: É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, na presente licitação, de mais de uma empresa.

Será admitida, em todas as etapas da licitação, a participação de no máximo um representante de cada proponente.

Por credenciamento, entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

I – Cópia autenticada de documento oficial de identidade do representante, com foto;

II - Apresentação de Contrato Social ou Estatuto;

III – Carta de credenciamento, podendo ser utilizado o modelo do **Anexo II** ou Procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante; Caso o Credenciado seja sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, faz-se necessário somente à apresentação de cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

IV - A empresa licitante deverá apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo do **Anexo III**;

Obs.: Para empresas que se enquadrem como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou microempreendedor individual (MEI), que optarem por uso do benefício da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, deverá apresentar documento descrito abaixo, subitem (V), nesta etapa do processo.

V - Declaração conforme modelo constante do **Anexo VII** deste Edital, assinado por quem de direito ou Certidão de Enquadramento ou equivalente expedida pela Junta Comercial;

A carta de credenciamento/procuração particular deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante (contrato social).

A falta de apresentação ou a apresentação dos documentos de credenciamento em desacordo com este capítulo, ou ainda a ausência do representante, equivale à renúncia por parte do licitante ao direito de apresentar lances durante a sessão e de praticar os demais atos inerentes ao certame, inclusive quanto a recursos, ressaltando que quando a documentação de credenciamento estiver, por lapso, dentro de quaisquer dos envelopes (1 ou 2), o respectivo envelope será entregue ao licitante que estará autorizado a abri-lo e retirá-la, lacrando-o em seguida, uma vez que citado documento se encontra no recinto, com o intuito de ampliar a disputa.

O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

No ato de credenciamento, o representante da proponente deverá identificar-se, mediante a apresentação, ao Pregoeiro, de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento.



Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes devidamente credenciados das proponentes.

Quando o licitante não indicar representante para credenciamento, deverá apresentar o Instrumento de Constituição da Sociedade (Contrato Social, estatuto, etc.), e a Declaração de Cumprimento dos Requisitos Habilitatórios, sob pena de desclassificação e a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte/Certidão de Enquadramento ou equivalente expedida pela Junta Comercial, juntamente com a proposta, para uso do benefício da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: Proposta de Preços e Habilitação.

Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante, o número do CNPJ, o número e o objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação"), na forma dos incisos I e II a seguir:

I – Envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS – PMB

PREGÃO Nº 010/2016 – FMEDUCA

LICITANTE: _____

Nº DO CNPJ: _____

ENVELOPE Nº 1 (PROPOSTA DE PREÇOS)

II – Envelope contendo os Documentos de Habilitação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS – PMB

PREGÃO Nº 010/2016 – FMEDUCA

LICITANTE: _____

Nº DO CNPJ: _____

ENVELOPE Nº 2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, por servidor municipal devidamente designado, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.

Visando à racionalização dos trabalhos, é necessário que a autenticação de documentos seja solicitada antes da realização da sessão de recebimento das propostas, sendo a autenticação efetuada em horário de expediente, no endereço referido no subitem 15.13.

Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

Para os documentos sem validade expressa, considerar-se-á 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

Os documentos não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante do processo licitatório.

Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.



6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 1)

A proposta de preços, entregue no **ENVELOPE Nº 1 (PROPOSTA DE PREÇOS)** deve ser apresentada em uma via, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, em papel timbrado da licitante ou identificado com o carimbo padronizado do CNPJ, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, com descrição detalhada do objeto ofertado, contendo a Marca de cada produto constante do item, a quantidade, o preço unitário e total, em moeda corrente nacional, com somente 02 (duas) casas após a vírgula, com o valor expresso em algarismos e por extenso, devendo suas folhas ser numeradas, rubricadas e a última assinada por quem de direito.

Nos preços propostos já deverão estar incluídos todos os custos necessários para a entrega dos produtos, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, descontos, acréscimos de insalubridade e periculosidade e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado;

Não serão aceitas propostas que contenham descrição DO OBJETO do tipo “conforme descrito no edital”, ou em desacordo com o objeto licitado.

No caso de produtos ou serviços não passíveis de classificação por Marca, o campo referente poderá ser preenchido com a informação “Não Consta”;

Havendo dúvida, e não sendo esclarecida pelo representante credenciado, prevalecerão as descrições e os preços apresentados na proposta comercial.

Ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.

A falta de rubrica, data e/ou assinatura na proposta somente poderá ser suprida por representante da proponente, com poderes para tal fim, que esteja presente na reunião de abertura dos envelopes.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado através de Depósito na Conta Bancária, indicada na Nota Fiscal Eletrônica, em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto licitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento, acompanhada da Respectiva Nota Fiscal com o devido aceite;

LOCAIS E PRAZO DE ENTREGA: O objeto licitado deverá ser entregue em até 20 (vinte) dias contados após o recebimento da Autorização de Fornecimento, sob pena de incorrer nas sanções e penalidades previstas neste Edital, e deverá ser entregue conforme a quantidade, condição e local estabelecido no Anexo I e Autorização de Fornecimento.

A Proponente vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, os materiais que forem recusados por estar danificados, rasurados, incompletos, apresentando falhas ou que não estiverem de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos, num prazo máximo de 07 (sete) dias contados da solicitação por parte do Fundo Municipal de Educação, sem qualquer ônus à Contratante.

Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Toda proposta entregue será considerada com prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, quando então prevalecerá este prazo.

A apresentação de proposta de preço implica na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

REFERENTE ÀS AMOSTRAS:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**



A empresa autora do menor lance e habilitada deverá apresentar, 01 (uma) amostra conforme abaixo, em até 05 dias, para os itens classificados abaixo, devidamente identificados, de acordo com as especificações técnicas exigidas no Anexo I, para efeito de controle de qualidade e aprovação.

As amostras deverão ser entregues no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, instalado junto ao prédio da Prefeitura Municipal de Bombinhas, localizada na Rua Baleia Jubarte, nº 328 – José Amândio, juntamente com listagem contendo a descrição completa de todos os itens, quantidade enviada, marca, fabricante, sendo em papel timbrado da empresa e em duas vias.

O prazo para entrega das amostras solicitadas será de 05 (cinco) dias, após o encerramento do processo licitatório e solicitação pela Contratante.

As amostras/itens abaixo apresentados deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

- ✓ Coleção de Material Didático para o aluno do 1º ano (Eixos e Âmbitos, Arte e Língua Inglesa) do Ensino Fundamental: organizada em 1 (um) volume por bimestre.
 - ✓ Coleção de Material Didático para o professor do 1º ano (Eixos e Âmbitos) do Ensino Fundamental: organizada em 1 (um) volume por bimestre, deverá ser apresentada no seu formato vertical. A coleção deverá acompanhar: varal de alfabeto e números; calendário de parede; cartaz; CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho de Língua Inglesa; CD com músicas, histórias e sons; material com orientações metodológicas de Educação Física organizado em um volume anual, apresentado no formato vertical; material com orientações metodológicas de Arte, organizado em 1 (um) volume por bimestre; material de Língua Inglesa, organizado em 1 (um) volume por bimestre.
 - ✓ Coleção de material didático para o aluno do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental, organizada por 1 (um) volume por bimestre. O respectivo material didático, deverá contemplar os seguintes componentes curriculares: língua portuguesa, língua inglesa, matemática, história, geografia, artes e ciências, sendo que para o 9º ano, deverá contemplar propostas de currículo em física e química; 1 (um) livro de didático de história e geografia regional de Santa Catarina para alunos do 4º e 5º ano (anual) do ensino fundamental.
 - ✓ Coleção de material didático para o professor do ensino fundamental do 2º ao 5º ano, organizada em 1 (um) volume por bimestre. O respectivo material didático deverá contemplar os seguintes componentes curriculares: Língua portuguesa, matemática, história, geografia e ciências. Deve contemplar, ainda, livro didático de arte por bimestre, livro didático de língua inglesa por bimestre, acompanhado de um CD de com músicas, textos e atividades listening explorados nas unidades de trabalho, 1 (um) livro didático de história e geografia regional de Santa Catarina para professores do 4º e 5º ano (anual) do ensino fundamenta, 1 (um) de orientações metodológicas na área de educação física (anual) para os professores que atuam deste seguimento.
 - ✓ Coleção de material didático para o professor do ensino fundamental do 6º ao 9º ano, organizada em 01 (um) volume por bimestre por área de conhecimento. O respectivo material didático deverá contemplar os seguintes componentes curriculares: Língua portuguesa, língua inglesa, matemática, história, geografia, artes e ciências, sendo que para o 9º ano, deverá contemplar propostas de currículo em física e química; 01 (um) livro de orientações metodológicas na área de educação física (anual) para os professores que atuam nesse segmento.
- Descritivo detalhando especificidades do programa de formação continuada;
- ✓ Descritivo que aborde maneira circunstanciada as principais características da ferramenta digital de educação na internet, ícone e os recursos pedagógicos elaborados para dar suporte ao processo de ensino e aprendizagem, além de senha para o acesso á ferramenta.



- ✓ Descritivo do sistema diagnóstico de fatores institucionais que compõem a educação municipal para produzir e sistematizar informações com a finalidade de mapear e sistematizar informações com a finalidade de mapear e acompanhar os resultados educacionais do município;
- ✓ Descritivo das ações e suporte para a avaliação da aprendizagem de alunos do 4º e 8º anos do ensino fundamental;
- ✓ Agenda escolar para alunos e professores;
- ✓ Projeto de capa personalizada contendo elementos que identifiquem o município;
- ✓ Material didático no formato ampliado (A3) e em Braille para alunos com deficiência visual total e parcial, respectivamente.

As amostras serão analisadas pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, em um prazo de 03 (três) dias úteis, que emitirá laudo motivado acerca do produto apresentado, especialmente se o produto possibilita uma articulação com os anseios de nosso município. Para efeito de classificação dos materiais e demais recursos didáticos, a avaliação deverá pautar-se nos critérios dos materiais descritos acima, podendo, ainda, serem realizados quaisquer outros procedimentos necessários para a adequada verificação da amostra apresentada.

A proposta da licitante será desclassificada no caso da amostra ser reprovada, devendo a mesma ser notificada, para ciência do laudo e retirada da amostra respectiva.

A desclassificação da proposta, na forma prevista no subitem anterior, acarretará o consequente chamamento do segundo colocado, adotando-se os mesmos procedimentos em relação à amostra.

Em nenhuma hipótese as amostras apresentadas serão tidas como início da entrega dos produtos.

Emitido o laudo de classificação da licitante vencedora, ficam as demais empresas intimadas para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, querendo, apresentar manifestação, ficando a amostra bem como o laudo, disponíveis para consulta no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Bombinhas.

A inobservância das determinações acima implicará na desclassificação da proponente, exceto no que tange a questões meramente formais, que serão analisadas e decididas caso a caso.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os seguintes documentos, necessários à habilitação do licitante:

RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II- Registro comercial, no caso de empresa individual;

III – Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;

IV- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

I – Prova de regularidade para com as Fazendas; Federal com abrangência às contribuições sociais, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

II – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

III – Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação de que a empresa não possui débitos trabalhistas.

Obs.:

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação do certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação relativo ao de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação - parágrafo I, art. 43, da LC 123/2006.

A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação - parágrafo II, art. 43, da LC 123/2006.

RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I – Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial, de acordo com a Lei 11.101/2005;

RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I – Atestado de capacidade técnica que comprove já ter fornecido objeto da natureza da presente licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos da entrega e qualidade dos objetos;

DECLARAÇÕES:

I – Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, podendo ser utilizado o modelo constante do **Anexo IV** deste Edital, assinado por quem de direito;

II – Declaração de que não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso ou menores de 16 (dezesesseis) anos, executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, podendo ser



utilizado o modelo constante no **Anexo V** deste Edital.

Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

8. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro receberá dos representantes credenciados, em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, as propostas de preços e a documentação exigida para habilitação das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes, sendo vedada a remessa postal das propostas.

Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

Serão abertos inicialmente os envelopes contendo as Propostas de Preços, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA HABILITAÇÃO

O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preços para o fornecimento do objeto da presente licitação, e os respectivos valores ofertados.

No julgamento será levado em consideração o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, determinando que será classificada a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do Edital e oferecer, o menor preço.

Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.

Serão desclassificadas as propostas que estiverem em desacordo com o artigo 4º da Lei 10.520/2002.

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

VIII – no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;

Caso não haja, no mínimo, 03 (três) propostas de índices nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará e proclamará as melhores propostas subsequentes, até que haja no máximo 3 (três) licitantes classificadas, quaisquer que sejam os preços ofertados, conforme disposto no inciso IX do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

Às licitantes classificadas conforme estabelecido no subitem 9.4 será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

O Pregoeiro convidará todas as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço, em ordem decrescente de índice.

Caso as propostas apresentadas por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço, lhes será assegurada preferência de contratação, situação denominada de empate.

A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento



dos lances, sob pena de preclusão.

Em caso de a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, será adjudicado o objeto em seu favor. (Artigo 45, I)

Em não ocorrendo à contratação da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na Lei Complementar 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito. (Artigo 45, II)

No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta. (Artigo 45, III)

Na hipótese da não contratação, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. (Artigo 45, parágrafo 1º)

A desistência em apresentar lance verbal, quando feita à convocação pelo Pregoeiro, implicará na impossibilidade da licitante futuramente efetuar novos lances, excetuando o disposto no item 9.19.

Caso não mais se realize lance verbal, será encerrado a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.

Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

Constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado pelo Pregoeiro o objeto da presente licitação.

Caso os dados e informações constantes no processo não atendam aos requisitos estabelecidos no item 7 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por meios eletrônicos hábeis de informações;

Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de novos documentos ou a substituição de documentos anteriormente ofertados, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação.

Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto do certame.

O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido preço melhor, nas situações previstas nos subitens.

Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.



Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão às primeiras.

Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pelos licitantes presentes e pela equipe de apoio.

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS A SEREM ATENDIDAS:

A(s) empresa(s) Adjudicatária(s) fica(m) obrigada(s) a:

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração.

Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar-lo de acordo com as normas vigentes e/ou instruções deste Edital e seus anexos.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

Manter a regularidade no cadastramento do Departamento de Compras até a data de pagamento.

Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos produtos, objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Nota de Empenho.

Mediante acordo das partes poderá haver supressões de quantitativos em percentual superior a 25% do valor inicial da quantidade licitada.

11. DO PAGAMENTO:

O pagamento pelo objeto deste Edital será efetuado em moeda nacional, através de depósito em qualquer agência da rede bancária, desde que vinculada ao sistema de compensação de cheques, **até o 30º (trigésimo) dia ao da execução dos serviços pela(s) licitante(s) vencedora(s) e da Nota Fiscal, que deverá ser devidamente atestada pela Fiscalização, nos termos da Lei nº 4.320/1964.**

Nenhum pagamento será efetuado à Adjudicatária enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento Contratual.

As despesas decorrentes do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do ano de 2016, conforme fonte de recurso abaixo especificado;

3.3.90.32.01.00.00.00 (30/2016)

3.3.90.32.01.00.00.00 (69/2016)

12. A presente licitação vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses, prorrogáveis por igual período até os quantitativos descritos no Anexo I deste edital, nos termos do artigo 57, II da Lei 8.666/93.

13. DA FISCALIZAÇÃO:

A entrega dos materiais pela empresa vencedora será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do Fundo Municipal de Educação, devidamente designado pela CONTRATANTE.



14. DAS PENALIDADES:

Em caso do licitante vencedor recusar-se a cumprir o objeto injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos itens 9.17 e 9.18, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos dos itens 9.18 e 9.23 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não mais aceitarem o objeto da licitação.

O licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do compromisso, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com esta Administração e, se for o caso, será descredenciado no Departamento de Compras, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

As penalidades de que tratam o subitem anterior, serão aplicadas na forma abaixo:

- a) Deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta, ficará impedido de licitar com esta Administração por até 90 (noventa) dias;
- b) Falhar ou fraudar na entrega dos produtos ficará impedido de licitar com esta Administração pelo período de 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;
- c) Apresentação de documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, será descredenciado do Departamento de Compras pelo período de 02 (dois) a 05 (cinco) anos;

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Departamento de Compras e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I – advertência;

II – multa(s), que deverá (ão) ser recolhida(s) em qualquer agência integrante do sistema de compensação por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Secretaria Municipal da Fazenda:

- a) de 0,1% (um décimo por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos de entrega dos produtos, previstos neste Edital;
- b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, aplicada em dobro na reincidência.

As multas aplicadas deverão ser recolhidas para a Secretaria Municipal da Fazenda no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, segundo a Lei nº 6.830/80, com os encargos correspondentes.



Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar o serviço, se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital.

Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e a critério da Administração, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

Para as penalidades previstas nos subitens 15.1 a 15.8 será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da Administração.

15. DOS RECURSOS

Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias, para apresentação das razões do recurso, no qual poderá juntar memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Prefeita Municipal homologará o resultado da licitação.

Dos atos da Administração, após a Adjudicação, decorrentes da aplicação da Lei no 8.666/93, caberá:

I – recurso, dirigido a Prefeita Municipal, por intermédio do Pregoeiro, interposto no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolizado no endereço referido no subitem 15.13 deste Edital, nos casos de:

- a) anulação ou revogação da licitação;
- b) rescisão de Contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei Nº 8.666/1993;
- c) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa.

II – representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III – pedido de reconsideração de decisão da Prefeita Municipal, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (§ 4º do artigo 109 da Lei Nº 8.666/1993).

A intimação dos atos referidos no inciso I do subitem 14.2, excluindo-se as penas de advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação no Diário Oficial do Município.

Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.



16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital, cujo desconhecimento não poderão alegar.

A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Fica dispensada a apresentação de qualquer documento caso já tenha sido apresentado em etapa anterior do mesmo processo licitatório.

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Bombinhas.

A Prefeita Municipal de Bombinhas poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Comarca de Porto Belo (SC).

Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

Os participantes da presente licitação autorizam a filmagem e gravação dos trabalhos desenvolvidos durante a sessão do Pregão.

Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Pregoeiro, no Departamento de Compras do Município de Bombinhas, situado na Prefeitura Municipal, Rua Baleia Jubarte, 328, Bairro José Amândio até 02 (dois) dias anteriores à data de abertura da licitação, as quais serão respondidas, igualmente por escrito, depois de esgotado o prazo de consulta, por meio de circular encaminhada a todos os interessados. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (0-xx-47) 3393-9500 – ramais 509 ou 551 e e-mail: compras@bombinhas.sc.gov.br.

Cópias do Edital e seus anexos poderão ser obtidas, no horário de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira.

Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Prefeita Municipal.

Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**



-
- Anexo II** – Modelo do Documento de Credenciamento;
 - Anexo III** – Declaração de cumprimento dos requisitos habilitatórios;
 - Anexo IV** – Declaração de inexistência de fatos impeditivos;
 - Anexo V** – Declaração de que não emprega menor;
 - Anexo VI** – Modelo de Proposta de Preços;
 - Anexo VII** – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
 - Anexo VIII** – Minuta do contrato;

Bombinhas/ SC, 25 de maio de 2016.

ROSÂNGELA ESCHBERGER
Secretária de Administração



ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016 – FMEDUCA

DO OBJETO – “AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA OS ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS,” conforme especificações e quantitativos descritos neste Anexo.

1.1 MATERIAIS LICITADOS:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA O 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	UN	4.650	96,20	447.330,00
2	FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA O 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	UN	4.650	96,20	447.330,00
3	FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA O 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	UN	5.400	96,20	519.480,00
4	FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA O 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	UN	3.900	96,20	375.180,00
5	FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA O 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	UN	4.600	96,20	442.520,00
6	FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA O 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	UN	3.850	101,31	390.043,50
7	FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA O 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	UN	4.840	101,31	490.340,40
8	FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA O 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	UN	3.850	101,31	390.043,50
9	FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA O 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	UN	3.120	101,31	316.087,20
Total					3.818.354,60

Obs.: Os quantitativos acima descritos serão distribuídos pelo período de 10 (dez) semestres.

1.2 DA ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS LICITADOS:



- A proposição curricular de organização dos Livros Didáticos para o 1º ano do Ensino Fundamental deverá estar organizada em conformidade com as orientações previstas nos Referenciais Curriculares Nacionais, nos seguintes eixos: Identidade e Autonomia; Corpo e Movimento; Linguagens da Arte (Artes visuais, Música, Teatro e Dança); Natureza de Cultura: Diversidade; Relações Matemáticas e, Cultura Oral e Escrita.
- No 1º ano do Ensino Fundamental é necessário que as crianças possam aprender em atividades cotidianas e naquelas intencionalmente elaboradas na escola, considerando os conhecimentos relativos às suas experiências sociais, afetivas e cognitivas, favorecendo o desenvolvimento do pensamento, explorando as relações que as crianças estabelecem com o meio, com os objetos e o seu próprio corpo.
- No que tange ao 2º ao 9º ano, o programa curricular deverá ser delineado pelos componentes curriculares a seguir: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências (sendo que para o 9º ano deverá conter propostas de currículo em Química e Física), História, Geografia e Arte.
- Os conteúdos propostos nos Livros Didáticos devem ser apresentados a partir de uma sequência progressiva que garanta a integração global dos componentes curriculares por meio dos conhecimentos prévios e paralelos dos estudantes. Todos os livros deverão acompanhar orientações metodológicas que oportunizem ao/a professor/a planejar as atividades em sala de aula estabelecendo relações com outras áreas do conhecimento.
- As proposições pedagógicas deverão atribuir a devida importância às práticas sociais reais como ponto de partida para o trabalho com o ensino, no sentido de resgatar a experiência individual e coletiva, considerando as diferentes culturas, crenças e valores.
- A organização curricular dos livros didáticos deverá considerar a sequência de aprendizagens dos conteúdos ao longo da escolaridade, bem como a sistematização e a profundidade dos assuntos em cada ano, relacionando as diferentes áreas do conhecimento entre si.
- Ao final de cada um dos volumes do Material Didático deverá constar diário de tarefas possibilitando ao aluno, anotar as atividades de casa, além de ser um espaço dedicado à comunicação entre pais e professores.
- O Livro do Professor deverá apresentar Programação Anual de Conteúdos de cada área do conhecimento, de modo a possibilitar uma visão global de todo o conteúdo escolar a ser trabalhado.
- As Orientações Metodológicas de Educação Física devem conter atividades diversificadas, com variados recursos e materiais. Deste modo, além de incentivar a participação dos alunos, é possível desenvolver uma base sólida e prepará-los para situações que exijam práticas mais elaboradas.
- No que diz respeito ao Livro do Professor para o Ensino Fundamental, deverá constar Orientações Metodológicas que respaldem e orientem o trabalho, ampliando as práticas didáticas, sugerindo reflexões e encaminhando propostas de ações, além de apresentar sugestões de atividades relacionadas aos conteúdos explorados.
- Os livros deverão possuir uma proposta curricular com integração vertical e horizontal dos conteúdos, tanto entre os níveis/anos de ensino, como entre os eixos de trabalho/áreas do conhecimento.
- No processo de ensino e aprendizagem, o material didático deverá contemplar situações em que os alunos entrem em contato com várias noções espaciais. Tal condição deverá ocorrer aleatoriamente em seu cotidiano, e também, de maneira sistematizada, por meio de vivências realizadas no espaço escolar. Assim, gradativamente, ao longo da primeira fase do Ensino Fundamental, os educandos irão desenvolvendo a noção de espaço.



- O livro didático a partir do 2º ano deverá fazer uso de textos jornalísticos, contos, poemas, músicas e histórias em quadrinhos como abordagem metodológica utilizada para estabelecer relações mais próximas com o universo cultural do aluno, ampliando assim as possibilidades de aproximação dos saberes específicos de todas as áreas do conhecimento.
- O livro didático deverá apresentar atividades em que os alunos tenham a oportunidade de registrar suas opiniões e seus sentimentos, trazendo o referencial de conhecimento que já possuem, expressando, portanto, a sua individualidade de modo diverso.
- As atividades didáticas dos livros deverão explorar a utilização eficaz da linguagem oral, instigando o educando a adequá-la a intenções e situações comunicativas que propiciem a conversa em grupos, a expressão de sentimentos e opiniões, a defesa de pontos de vista, o relato de acontecimentos, dentre outros.
- A Proposta Pedagógica deve valorizar o ensino da língua estrangeira com base no desenvolvimento de uma abordagem interdisciplinar e intercultural, vinculada às demais áreas do conhecimento e, também, à realidade dos alunos brasileiros.
- O material didático deverá promover o conhecimento da história da Arte propiciando ao aluno a reflexão sobre as produções artísticas e a percepção de diferentes épocas, construindo seu gosto pessoal, bem como, compreendendo as questões envolvidas na produção de uma determinada imagem e conhecendo a biografia dos artistas, procedimentos, temática, técnica e suportes usados por eles.
- As diferentes realidades sociais devem ser contempladas nos textos do Material Didático, de modo a desenvolver as competências linguísticas, textuais e discursivas dos alunos, possibilitando que tenham uma convivência mais inclusiva no mundo letrado, tanto para a sua compreensão quanto para que tenham os recursos necessários para imprimir mudanças.
- O professor tem a função de oportunizar movimentos que encaminhem o educando ao desenvolvimento potencial, mediando às atividades, levando o aluno a apropriar-se de técnicas e maneiras científicas de pensar, suscitando a curiosidade pela leitura, oferecendo a vivência de outras experiências onde a criação e a imaginação possam habitar.
- As atividades propostas nos Materiais Didáticos devem permitir que os alunos revelem os conhecimentos que possuem sobre o âmbito sociocultural dos saberes trabalhados, enfocando, implícita e explicitamente, uma visão de educação e de escola.
- As orientações metodológicas contidas no Livro do professor devem ser claras e compostas por sugestões de procedimentos e da utilização de recursos necessários para o desenvolvimento da prática proposta, apresentando sugestões para a organização de atividades cotidianas e rotineiras integradas às experiências sociais, afetivas e cognitivas das crianças e subsídios para a ampliação da proposta, por meio de reflexões teórico-práticas sobre as diversas formas de ensinar e de aprender, que envolvem a especificidade do trabalho com as crianças nos diferentes níveis de ensino, explorando: a expressão, a comunicação, a afetividade, o pensamento, a ética, interação social e ainda, o papel do lúdico nessas relações.
- proposta pedagógica a partir do 2º ano deverá valorizar a instrução como domínio do saber sistematizado, assim como dos meios de ensino como processo de desenvolvimento das capacidades cognitivas, viabilizando práticas educativas de transmissão e assimilação ativa de conhecimentos que permitem pensar e agir sobre a realidade. As possibilidades de trabalho, presentes nos recursos didáticos devem privilegiar situações de ensino que solicitam dos alunos o conhecimento de aspectos socioculturais, cognitivos e motivacionais que integrados ao mundo da cultura, possam de forma crítica e criativa compreender os conhecimentos inseridos na prática social e serem compreendidos por meio da expressão de ideias, sentimentos e desejos, uma vez que o convívio social solicita o domínio das linguagens como instrumento de comunicação e



negociação de sentidos. As situações devem explorar a utilização de linguagens diversas (corporal, musical, plástica, oral e escrita), aprendendo a adequar intenções, situações e comunicação.

CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL DIDÁTICO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

- Com intuito de atender à lei da inclusão, a Solução Educacional deve demonstrar que todo trabalho pedagógico com pessoas com deficiência visual parcial deverá ter por parte de profissionais uma atitude nova diante do saber, e assim o trabalho pedagógico precisa ter uma base caracterizada pela interdisciplinaridade.
- Para atender aos alunos que apresentam Deficiência visual parcial, a licitante deverá apresentar o material didático em tamanho maior, ou denominado “Ampliado” (A3) contendo conteúdos que explore o canto e a brincadeira, por meio de: atividades de dobradura e apresentação de letras de música para serem cantadas e representação gráfica das músicas.
- É fundamental, que a Solução Educacional ofereça recursos que possam ampliar o debate e a reflexão sobre o acesso e permanência de pessoas com Necessidades Educativas Especiais - mais especificamente, a Deficiência Visual parcial e total - no interior das escolas, oferecendo-lhes materiais e recursos necessários para que essa prática se efetive e apresentando os mesmos conteúdos previstos no programa de conteúdos do Ensino Regular.

CARACTERÍSTICAS DA FERRAMENTA DIGITAL DE EDUCAÇÃO NA INTERNET

- Os conteúdos disponibilizados pela Ferramenta Digital deverão contemplar no mínimo as mesmas áreas do conhecimento contidas no Livro Didático.
- Garantir uma infraestrutura pedagógica e tecnológica, por meio de situações de ensino e aprendizagem condizentes com a sociedade contemporânea.
- A Ferramenta Digital de Educação na Internet deverá ser um instrumento linkado ao Livro Didático de forma a possibilitar o aprofundamento dos conteúdos, auxiliando no desenvolvimento e no acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem por meio de ambientes de interação, propícios à socialização com as comunidades virtuais de aprendizagens.
- Conter ambientes estratégicos que oportunizem aos alunos a possibilidade de formular hipóteses, estimar resultados, controlar e criar experimentos, assim como manipular variáveis.
- Disponibilizar espaço específico para biblioteca por nível de ensino, contendo filtros que permitam a localização por disciplina e por tipo de conteúdo.
- A qualidade dos conteúdos dispostos na Ferramenta Digital e as possibilidades de sistematização propostas deverão incentivar o aluno a desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de busca, assim como selecionar e organizar as informações, despertando o gosto pelo processo de construção dos significados.
- Oferecer um ambiente de jogos e desafios interativos, com atividades de perguntas e respostas que tornam a aprendizagem mais atrativa e divertida.
- Disponibilizar uma ferramenta que permita consultar e esclarecer dúvidas sobre grafia, sinônimos e significados das palavras da Língua Portuguesa. Tudo isso por meio de um Dicionário on-line.
- Os conteúdos educacionais disponíveis na Ferramenta Digital deverão incentivar o pensamento crítico, o desenvolvimento da capacidade de busca, seleção, organização das informações e o gosto pelo processo de construção dos significados para refletir e compreender o mundo que nos cerca.

CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA



- Uma educação de qualidade necessita de constante desenvolvimento das equipes docentes e gestoras escolares nas atividades pedagógicas. Por isso, a licitante deverá proporcionar um completo atendimento pedagógico, por meio de uma equipe de profissionais altamente qualificados, visando contribuir com a formação continuada e garantir adequação à proposta metodológica da rede municipal de educação.
- A Solução Educacional deverá contribuir com o Programa de Formação Continuada das equipes docente e técnico-pedagógica das escolas públicas municipais e da Secretaria de Educação, na plena utilização do Material Didático e da Ferramenta Digital de Educação na Internet.
- O programa de Formação Continuada deverá acontecer com educadores especialistas nas áreas do conhecimento. Esses profissionais devem conhecer a realidade das escolas e as novas demandas impressas no cenário educacional, serem capazes de promover reflexões sobre temas atuais de relevância global e local, associados aos assuntos decorrentes da área educacional, à estrutura e funcionamento da Solução Educacional, bem como à utilização do Livro Didático e do recurso tecnológico educacional, com enfoque na proposta metodológica inserida nos diferentes níveis de ensino que compõem a educação básica brasileira.
- Na área pedagógica, os cursos e atendimentos deverão versar sobre as concepções que embasam as propostas educativas, a estrutura e o funcionamento da Solução Educacional, as mais modernas metodologias de trabalho e projetos educacionais, informações e encaminhamentos para a melhor utilização do Material Didático.
- Os encontros pedagógicos deverão ser estabelecidos de maneira presencial e a distância, visando contribuir com o Programa de Formação Continuada, da comunidade educativa que compõem a Rede de Ensino.
- O principal intuito dos atendimentos pedagógicos deverá ser a promoção de um diálogo específico sobre os desafios, necessidades e experiências relacionadas à ação de cada ator educativo, na promoção do trabalho pedagógico de qualidade.
- A licitante deverá oferecer, no mínimo, 84 (oitenta e quatro) horas de cursos e atendimentos pedagógicos, durante os dois semestres letivos.
- Além dos momentos presenciais de encontro, deverão haver outros canais de comunicação, tais como telefone, fax e e-mail, que assegurem a tranquilidade de nossa equipe técnica e docente, mantendo-os confiantes nas ações pedagógicas propostas pelo Material Didático.
- Oferecer capacitação para as equipes docentes e técnico-pedagógicas, no sentido de orientá-los quanto à organização do cronograma para a utilização do Material Didático bimestral, oferecendo embasamento teórico e metodológico.

CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DIAGNÓSTICO DE FATORES INSTITUCIONAIS QUE COMPÕEM A EDUCAÇÃO MUNICIPAL

- Deverá fornecer à Prefeitura Municipal, mecanismos de comparabilidade, sobre a qualidade da educação municipal e seus avanços sociais. Os parâmetros utilizados devem possibilitar a inserção do município no contexto sócio educacional por meio da confrontação dos índices auferidos nas esferas estadual e federal.
- Deverá contemplar objetivos claros em termos de resultados pretendidos, no que diz respeito a produção e sistematização de informações com a finalidade de mapear e acompanhar os resultados educacionais do município, além de fornecer relatórios técnicos e planos de ação para subsidiar a atuação dos gestores educacionais no município.
- Os grupos de indicadores do Sistema Diagnóstico de Fatores Institucionais que compõem a Educação Municipal devem contemplar, dentre outros: Características do município; Aspectos Organizacionais (gestão e planejamento); Aspectos Financeiros (investimentos).



- Possibilitar o acesso às informações em tempo real e aos dados do município de qualquer lugar que exista acesso à internet e possuir atualização automática das versões, via web.
- Utilizar-se dos indicadores obtidos e dos parâmetros de comparabilidade sobre a qualidade da Educação Municipal e seus avanços sociais comprovados, após a implantação da Solução Educacional demonstrando suas especificidades e as suas contribuições para a melhoria da educação municipal.

AÇÕES DE SUPORTE PARA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS

- A matriz de referência elaborada para a ferramenta de avaliação deverá considerar três competências: competência leitora, competência matemática e competência científica, traduzidas por uma listagem de habilidades, concebidas e formuladas pela articulação entre os conteúdos - conhecimentos curriculares e as operações mentais (processos cognitivos) desenvolvidos pelos alunos.
- A licitante deve basear-se em uma proposta curricular elaborada com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como nos documentos que balizam as avaliações nacionais (SAEB) /Prova Brasil e internacionais (PISA), com diversos instrumentos avaliativos entre testes e questionários contextuais para alunos e professores.
- O questionário do aluno deverá buscar informações sobre caracterização sócia demográfica, repertório cultural, repertório social, motivação, hábitos de estudos e trajetória escolar.
- A licitante deverá aplicar avaliação de desempenho aos alunos do 4º ano Ensino Fundamental I e 8º ano Ensino Fundamental II, nas áreas de Língua Portuguesa (LP), com enfoque em leitura, de Matemática (MAT) - resolução de problemas e de Ciências (CIÊN) – fenômenos naturais e tecnologia.
- As respostas obtidas em cada item deverão ser transformadas em um score, denominado proficiência, utilizado pela Teoria da Resposta ao Item (TRI).
- Os resultados obtidos deverão servir de base de análise e reflexão para o redirecionamento das intervenções pedagógicas.
- Os instrumentos utilizados para a ferramenta de avaliação deverão possibilitar uma coleta grande de informações úteis, capazes de identificar áreas, cujos resultados sejam satisfatórios e outras que precisam ser aprimoradas.
- Com o intuito de comunicar à escola a respeito dos resultados alcançados, a licitante deverá preparar um relatório contendo um diagnóstico institucional que deverá ser entregue ao diretor da escola, contendo os resultados de desempenho das turmas do 4º e 8º ano do Ensino Fundamental.
- O relatório entregue a escola deverá ser composto por uma parte descritiva e outra ilustrativa, que apresente gráficos e tabelas, os quais traduzam as especificidades das turmas de alunos, no ano escolar que frequentam e disciplinas correspondentes.

2. DO PRAZO, FORMA DE ENTREGA E LOCAL DE ENTREGA:

2.1. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, onde já estarão inclusos o transporte até os locais de destino, mão de obra agregada, todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais e eventuais isenções), leis sociais, administração, lucros e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital;

2.2. Os materiais licitados deverão ser fornecidos em entrega parcelada, com entrega na Secretaria Municipal de Educação, sendo as entregas no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento pela(s) adjudicatária(s).



2.3. A Proponente vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, os materiais que forem recusados por estar danificados, rasurados, apresentando falhas ou que não estiverem de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos, num prazo máximo de 07 (sete) dias contados da solicitação por parte do Fundo Municipal de Educação, sem qualquer ônus à Contratante.

2.4. O fornecimento dos materiais licitados deverá ser parcelado em quantitativos semestrais e de acordo com a Autorização de Fornecimento emitido pela Secretaria Municipal de Educação.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO:

3.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a realização dos serviços licitados, mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento, acompanhada da Respectiva **Nota Fiscal Eletrônica** com o devido aceite;

3.2. A Prefeitura de Bombinhas reserva-se no direito de somente efetuar o pagamento à empresa ganhadora, quando esta houver cumprido com o serviço prestado conforme cláusulas contratuais.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1. Manter durante o prazo de vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

4.2 Fornecer e arcar com as despesas relativas ao objeto licitado;

4.3 Entregar os objetos licitados dentro dos prazos estabelecidos no Edital;

4.4 Emitir nota fiscal eletrônica.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Efetuar o pagamento à empresa ganhadora conforme estabelecido no instrumento convocatório;

5.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que não estiverem de acordo com as especificações do Edital.



ANEXO II

MODELO DO DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. ____/2016 - FMEDUCA

Através da presente, credenciamos o (a) Senhor (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade Nº. _____ e CPF sob Nº. _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Bombinhas, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ _____, com sede _____ bem como formular propostas/lances verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data.

**NOME, RG, CPF E ASSINATURA DO REPRESENTANTE
CARIMBO DA EMPRESA**

Este documento deverá ser apresentado na fase de credenciamento e fora de qualquer envelope.



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

Licitante (nome, CNPJ), sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, cidade _____, estado _____, declara, sob as penas da lei, que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes do edital de Pregão nº _____/2016, do Município de Bombinhas (conforme art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002).

Local e data.

**NOME, RG, CPF E ASSINATURA DO REPRESENTANTE
CARIMBO DA EMPRESA**

Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

Este documento deverá ser apresentado na fase de credenciamento e fora de qualquer envelope.



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Licitante (nome, CNPJ), sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, cidade _____, estado _____, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

Declara, também, que está obrigada sob as penas da lei, a declarar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

**NOME, RG, CPF E ASSINATURA DO REPRESENTANTE
CARIMBO DA EMPRESA**

Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

Declaramos para fins de participação na(preencher com o tipo de licitação) nº/..... (preencher o nº da licitação) que a empresa, CNPJ nº, cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 (dezesesseis) anos, executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

A empresa está ciente de que o descumprimento do disposto acima durante a vigência do contrato acarretará em rescisão deste.

Local e data.

**NOME, RG, CPF E ASSINATURA DO REPRESENTANTE
CARIMBO DA EMPRESA**

Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial



ANEXO VI

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

_____, ____ de _____ de 2016

EMPRESA:

ENDEREÇO:

TELEFONE E FAX:

CNPJ:

E-MAIL:

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016 - FMEDUCA – A presente licitação tem por objeto a:

“AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA OS ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS,” conforme especificações e quantitativos descritos no presente Edital e em seu Anexo I.

MENOR VALOR GLOBAL

Item	Especificação/Descrição	Quantidade	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
					TOTAL	R\$

Valor total por extenso:

Prazo para Pagamento:

Prazo de Entrega:

Validade da proposta:

Os preços cotados são fixos e irrevogáveis, neles já estão inclusas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Banco:.....Agência:..... Conta-Corrente:

**NOME, RG, CPF E ASSINATURA DO REPRESENTANTE
CARIMBO DA EMPRESA**

Este anexo deve ser preenchido e apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

Obs. Na Proposta deverá ser apresentado a valor de cada item e o valor total.



ANEXO VII

(Modelo a ser preenchido pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte)

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Nome da empresa, qualificação, endereço, inscrita no CNPJ, neste ato representada por _____, portador de Cédula de Identidade, inscrito no CPF, DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao artigo 32, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Local e data.

**NOME, RG, CPF E ASSINATURA DO REPRESENTANTE E DO CONTADOR
RESPONSÁVEL
CARIMBO DA EMPRESA E DO CONTADOR**

Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

Este documento deverá ser apresentado junto ao Credenciamento.



ANEXO VIII

Minuta de Contrato

CONTRATO N° ___/2016, cujo objeto é a “**AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA OS ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS,**” que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE BOMBINHAS** e a **EMPRESA _____**.

O **MUNICÍPIO DE BOMBINHAS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n° 95.815.379/0001-02, com sede na Rua Baleia Jubarte, 328, neste ato representado pela Sra. **ANA PAULA DA SILVA, Prefeita Municipal**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, designado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob n° _____, com sede à Rua _____, n° _____, neste ato representado pelo Sr. _____, portador do CPF n° _____, brasileiro, solteiro/casado, residente e domiciliado à Rua _____, n° _____, que apresentou os documentos exigidos por Lei, denominado simplesmente **CONTRATADO**, têm entre si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento para prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira – Do Objeto. O presente Contrato tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante no processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial n° **010/2016 – FMEDUCA**, homologada em ___ de _____ de 20___, regendo-se pela Lei Federal n° 8.666 de 21.06.93, alterada pelas leis 8.888/94 e 9.648/98 e legislação pertinente, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a “**AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA OS ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS,**” conforme especificações e quantitativos descritos no presente Edital e em seu Anexo I, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações seguintes:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID	PREÇO UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1					
VALOR TOTAL R\$					R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO: Caberá à Secretaria Municipal de Educação, a



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**



seu critério, a irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da execução do contrato e do Comportamento do Pessoal da contratada, sem prejuízo da obrigação, desta de fiscalizar seus responsáveis Técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;

A existência e a atuação da fiscalização da Secretaria Municipal de Educação em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações, próximas ou remotas;

Somente após a entrega dos materiais, os mesmos serão conferidos para aceitação, podendo a Prefeitura Municipal de Bombinhas rejeitá-los, no todo ou em parte, em função das inconformidades ocorridas. Neste caso, a parte rejeitada deverá ser refeita sem ônus para a Prefeitura Municipal de Bombinhas;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato a ser firmado com a Proponente vencedora será de ___ de _____ de 20__ a ___ de _____ de 20__, respeitadas as determinações do art. 57 da Lei 8.666/93 com suas alterações.

PARÁGRAFO ÚNICO: A presente licitação vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses, prorrogáveis por igual período até os quantitativos descritos no Anexo I deste edital – PR 010/2016 - FMEDUCA, nos termos do artigo 57, II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE – A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Fiscalizar o objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades do Código Civil e/ou Penal;
- b) Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte;
- c) Esclarecer à **CONTRATADA**, em tempo hábil, toda e qualquer dúvida com referência ao objeto;
- d) Pagar à **CONTRATADA** as faturas apresentadas e aceitas nas condições estabelecidas na Cláusula Décima Primeira.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – A CONTRATADA se compromete:

5.1 A **CONTRATADA**, além dos demais encargos previstos neste contrato e em seus anexos que o integram, obriga-se a:

Assumir todos os encargos legais (previdenciários, trabalhistas, sociais) e judiciais e por todas as despesas decorrentes da execução do contrato.

Manter durante o prazo de vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

Fornecer e arcar com as despesas relativas ao objeto licitado;

Entregar os objetos licitados dentro dos prazos estabelecidos no Edital;

Realizar o fornecimento dos materiais licitados de modo parcelado em quantitativos semestrais e de acordo com a Autorização de Fornecimento emitido pela Secretaria Municipal de



Educação.

Emitir nota fiscal eletrônica.

PARÁGRAFO ÚNICO – O responsável pela fiscalização do presente contrato deverá assegurar o seu fiel cumprimento, especialmente quanto à aplicação das penalidades, sob pena de incorrer nas estabelecidas na Lei 8.666/93 e na legislação aplicável, com consequente responsabilização;

CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO: A fiscalização da entrega do objeto licitado será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, neste ato denominado FISCAL. Caberá a **CONTRATADA** custear quaisquer despesas, inclusive a contratação para a entrega do objeto de fiscalização.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA: Cabe a **CONTRATADA** atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução de responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO: O **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, pela execução dos serviços efetivamente prestados, a importância de R\$ _____ (_____).

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos preços acima indicados estão inclusos todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretos e indiretos, inclusive IPI ou ICMS, se houver incidência, não importando a natureza que recaiam sobre o fornecimento do objeto do presente instrumento, inclusive o frete, à carga e descarga, que correrão por sua conta e risco.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa com a execução do presente Contrato correrá no presente exercício a conta das seguintes dotações orçamentárias:

3.3.90.32.01.00.00.00 (30/2016)

3.3.90.32.01.00.00.00 (69/2016)

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO: O pagamento pelo objeto licitado efetivamente entregue será efetuado em moeda corrente nacional, através de depósito em qualquer agência da rede bancária, desde que vinculada ao sistema de compensação de cheques e de outros papéis do Banco do Brasil, a ser efetuado após apresentação da Nota Fiscal, **até o trigésimo dia útil do mês subsequente à entrega da Nota, com o devido aceite.**

PARÁGRAFO ÚNICO: A fatura emitida pela **CONTRATADA** deverá ser entregue na sede da **CONTRATANTE** quando da conclusão e aceitação do objeto, sendo que em caso de atraso na apresentação da fatura na sede da **CONTRATANTE**, a data de vencimento será automaticamente



postergada por prazo igual ao do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA – REAJUSTE: Os preços indicados na cláusula sétima são fixos e reajustáveis, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – TRANSFERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES: A **CONTRATADA** não poderá subcontratar totalmente o objeto deste contrato, bem como não serão admitidos consórcios, associações, cessões ou transferência, fusão, cisão ou incorporação para a prestação dos serviços relativos a esta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA PENALIDADE: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, erro, imperfeição ou ora na execução, inadimplemento e não veracidade de informações, garantida a prévia defesa, poderá ser aplicada a **CONTRATADA**, segundo a extensão da falta, as penalidades previstas em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA MULTA: As multas serão aplicadas em conformidade com os percentuais a seguir estabelecidos sobre o valor contratual:

- a) 1% (um por cento) ao dia por atraso na entrega dos produtos e execução do serviço;
- b) 5% (cinco por cento) por inadimplência, sendo esta última dobrável no caso de reincidência;
- c) além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar a prestação de serviço se a irregularidade não for sanada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – OUTRAS PENALIDADES: Em função da natureza da infração, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** as penas de suspensão temporária do direito de prestar serviços e impedimento de contratar com a Administração, por prazo superior a 02 (dois) anos, ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO: O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA** assegurará a **CONTRATANTE** nos termos da Seção V da lei nº 8666/93, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento. Fica a critério do Secretário da Administração ou **AUTORIDADE** superior, declarar rescindido o Contrato, nos termos desta Cláusula, ou aplicar a multa de que trata este Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: A rescisão com fundamento em um dos incisos do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, poderá a critério do **CONTRATANTE**, ensejar a assunção imediata do objeto contratual bem como das instalações, equipamentos, material em face ao princípio da continuidade, art. 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A **CONTRATADA** não poderá divulgar ou publicar relatórios, ilustrações, entrevistas ou detalhes dos serviços objeto do contrato.
- b) Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, mesmo por omissão, permitir a inobservância, no todo ou em parte, das cláusulas do contrato e seus anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar, afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.
- c) A **Contratada** tem pleno conhecimento de todos os itens e anexos expressos no respectivo Pregão Presencial n. **010/2016 – FMEDUCA**, a eles se obrigando como se neste estivessem transcritos, inclusive quanto à obrigatoriedade de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 55, inc. XIII, da Lei 8.666/93 com suas alterações;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO: Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, é competente o Juízo da Comarca do Município de Porto Belo – SC.

E por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se – o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, o qual após lido e achado conforme, é assinado pelo **CONTRATANTE, CONTRATADO** e testemunhas.

Bombinhas (SC), ____ de _____ de 2016.

PELA CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE BOMBINHAS
ANA PAULA DA SILVA
Prefeita Municipal

Secretária Municipal de Educação

PELA CONTRATADA:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**



**EMPRESA
CNPJ
REPRESENTANTE
CPF
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

**Nome
CPF
Assinatura**

**Nome
CPF
Assinatura**